

Censura não quer sair da Polícia Federal

Desde que a Constituinte começou a funcionar em fevereiro, duas simpáticas senhoras mantêm presente algo discreta em todas as comissões e subcomissões onde se encaixam aspectos de um assunto de sua especialidade: censura. Ontem acompanhadas pelo presidente da Associação Nacional dos Censores Federais, Arezio Teixeira Peixoto, elas entregaram ao deputado Ulysses Guimarães emenda que tenta manter a censura dos espetáculos de diversão pública vinculada à Polícia Federal, ao passo em que o projeto atual deixa o assunto com o Ministério da Cultura.

Principalmente em igrejas e organizações religiosas, foram colhidas 77 mil assinaturas, enfileiradas em dez volumes encadernados, "numeradas e conferidas". Com este escudo — e o auxílio de centros bíblicos, igrejas evangélicas e presbiterianas, Lions Clubs, Rotary Clubs e lojas maçônicas — Viviane de Mendonça e Maria Livia Fortalezinha têm esperança de ver seu objetivo alcançado. Além do vínculo à Polícia Federal, os censores defendem a inclusão do item "moral e bons costumes" nos critérios para a classificação de filmes e espetáculos por faixa etária.

Também os jornalistas brasileiros, através da sua federação nacional (FENAJ) marcaram sua posição na Constituinte. Com o apoio das duas Centrais Sindicais (CUT e CGT), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, União Nacional dos Estudantes e Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de todos os Estados, eles conse-

guiram reunir 32.379 eleitores apoiando a proposta de democratização dos meios de comunicação e criação do Conselho Nacional de Comunicação, que teria como função o controle das concessões dos canais de televisão.

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), ao defender as escolas privadas, justificou que "garantir apenas a gratuidade do ensino público discrimina o pobre". Segundo os donos de escolas, a forma de tornar gratuitos todos os estabelecimentos de ensino pode ser regulamentada em legislação complementar ou ordinária e a sua aplicabilidade será decidida pelo Governo, que pode até mesmo adotar o ticket como forma de subsídio. A emenda resume-se a um só artigo: "O ensino será gratuito em todos os níveis, em qualquer estabelecimento, para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos".

"As pessoas portadoras de deficiência — física, mental, visual, auditiva e outras doenças específicas — que representam 10 por cento da população brasileira, têm o direito à plena cidadania. Neste momento, faz-se necessário que se garantam estes mecanismos que podemos definir como "direitos diferenciados". Este é um trecho da emenda levada ontem à Constituinte pelos representantes da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes e Associação Nacional dos Ostimizados. Eles reuniram 48.787 eleitores-apoiadores.

F. GUALBERTO



Richa entrega a Cabral o projeto do "grupo dos 32"

Cabral recebe de Richa anteprojeto Hércules

As propostas contidas no projeto de Constituição denominado "Hércules", elaborado pelo grupo dos 32, que foram convergentes com o trabalho que vem sendo feito pela equipe de relatores adjuntos e o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) serão automaticamente aprovadas e embutidas no texto do novo substitutivo. Esta promessa foi feita ontem pelo próprio relator ao senador José Richa (PMDB/PR), durante a solenidade de entrega do projeto, prestigiada pelos presidentes Afonso Arinos (PFL/RJ), da Comissão de Sistematização; e Ulysses Guimarães, da Constituinte.

Como uma síntese do consenso, Bernardo Cabral assinalou que as propostas amarradas pelo grupo de Richa têm desde já 32 votos favoráveis na Comissão de

Sistematização, só dependendo de mais 16 para que tudo seja aprovado na Comissão, antes de ir ao plenário. "A presença das figuras máximas da Constituinte, o doutor Ulysses e o senador Afonso Arinos, dá a dimensão exata da acolhida deste trabalho", disse.

O coordenador do grupo, José Richa ressaltou, entretanto, que o resultado apresentado não é o ideal, e precisa ser ainda bastante aprimorado. "Só estamos entregando hoje por causa da imposição regimental do prazo que finaliza hoje, mas nós não estamos satisfeitos". Revelando que as discussões no grupo serviram para aparar muitas arestas, com um entendimento de mais de 80% sobre todo o texto, Richa deixou claro que a intenção era intermediar nas bases

parlamentares, deixando a tarefa política de costurar o pacto final para as lideranças.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou que mesmo no exercício da Presidência da República, na próxima semana, continuará acompanhando as reuniões que estão sendo realizadas na sede do Banco do Brasil, para as discussões de feitura do esboço do substitutivo. Ele não quis ditar quais os pontos que considera pacíficos desde já. "É difícil fazer um prognóstico, às vezes alguns pontos nos parecem pacíficos e se levanta grande polêmica em plenário".

Sobre o "Hércules", Ulysses afirmou que vai servir como "um amálgama" para fundir os pontos divergentes na elaboração

do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Mas não quis tecer maiores comentários sobre as propostas do grupo contidas no projeto, alegando que o próprio senador José Richa tinha alertado para a necessidade de que fosse aprimorado.

Já o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, depois de fazer um relato da situação política nacional e da importância da nova Constituição, foi enfático: "Precisamos fazer alguma coisa, sob pena de colocar em risco a consolidação das instituições democráticas em nosso País". Depois da solenidade de entrega oficial do projeto o grupo dos 32 se encarregou de dividi-los em milhares de emendas, todas encaminhadas à Comissão de Sistematização.

Consenso: anistia e reforma agrária

Além da definição de algumas propostas para a solução de pontos polêmicos como a reforma agrária, anistia e estabilidade no emprego, quase nada foi adiantado ontem em relação ao texto do novo substitutivo que está sendo montado pelos relatores adjuntos e o relator Bernardo Cabral. Envolvido durante todo o dia com o recebimento das últimas propostas de emenda popular, Cabral revelou, porém, que o seu substitutivo deverá excluir a redução da jornada de trabalho e manter a criação de um Conselho de Comunicação para participar da concessão de canais de rádio e TV junto com o Executivo e o Legislativo.

A proposta de redução da jornada de trabalho será jogada para a legislação ordinária, e não deverá ser padronizada para todos de 40 horas semanais. A alternativa encontrada é que a nova carga horária seja reduzida de forma flexível, de acordo com cada categoria profissional. Quanto

à estabilidade, esta também deverá cair, sendo substituída por outro mecanismo sugerido pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para garantir o nível de empregos, com a proibição de demissões imotivadas. Para coibi-las, será prevista o pagamento de indenizações progressivas, que aumentam de acordo com o tempo de serviço de cada trabalhador que for demitido sem justa causa.

— Eu não estou preocupado com a estabilidade. Estou preocupado, é com a instabilidade no emprego — disse Cabral — ressaltando que não adiantaria nada conceder a estabilidade a partir do contrato de 90 dias de experiência, se o empregador não tem condições de custear o pagamento de seus empregados.

REFORMA AGRÁRIA
Aliviado por ter conseguido com o grupo de relatores e as lideranças chegar ao consenso sobre a reforma agrária, o relator

Bernardo Cabral detalhou ontem alguns pontos da nova proposta, que mantém a imissão imediata da posse, cabendo ao proprietário o direito de recorrer na Justiça contra a desapropriação. Se o juiz federal constatar que a desapropriação foi indevida, a União terá de fazer o pagamento da indenização em dinheiro e não em títulos da dívida agrária, previstos para as indenizações a propriedades improdutivas.

Ele explicou que a preocupação agora é encontrar mecanismos de proteger os pequenos e médios proprietários, cuidando sempre do lado humano de cada um. "Queremos acabar com a indústria das desapropriações, oferecendo um certo tipo de indenização em dinheiro às propriedades produtivas e em títulos às improdutivas".

Cabral confirmou ainda que a proposta do senador José Agripino Maia (PFL/RN) sobre anistia deverá mesmo ser incluída no seu substitutivo. Ele re-

velou, porém, que os custos para o financiamento da anistia aos militares cassados e não atingidos pela Emenda Constitucional nº 26 "é que estão lançando algumas brumas sobre o consenso". Agripino Maia também revelou ter sido procurado pelo relator, que lhe confidenciou ter sido sua proposta a única alternativa.

A Anistia que constará do novo texto, portanto, será concedida a todos que, no período de 18 de setembro de 1946, até a data da promulgação da nova Constituição, foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares e aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18 de dezembro de 1961 e pelo Decreto 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo.

Mandato é uma questão não definida

"O mandato do atual Presidente da República terminará em..." Foi com reticências que o grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB/PR), expressou na sua proposta alternativa ao projeto constitucional as divergências internas quanto ao mandato do presidente Sarney. A proposta, apelidada de "Hércules", apresenta algumas modificações em relação ao texto anterior — conhecido como "Icaro" — sobretudo nos capítulos sobre Comunicação, Sistema Tributário e Meio Ambiente. E acrescenta uma seção sobre Assistência Social.

Uma das alterações refere-se ao conceito de empresa nacional. O grupo preferiu não remeter à legislação ordinária em que casos seria aplicado o conceito, e acrescentou uma norma sobre a empresa brasileira de capital estrangeiro, que receberá tratamento diferenciado do concedido à empresa genuinamente nacional — esta terá preferência no acesso a créditos públicos subvencionados, e, em igualdade de condições, no for-

necimento de bens e serviços ao poder público.

Ainda na Ordem Econômica, o Hércules suprime artigo do Icaro que exigia concurso público para a admissão de empregados nas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. O novo texto estabelece que será por tempo determinado a permissão ou concessão para a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, e para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica.

O Hércules não propõe jornada de trabalho semanal, mas diária: 8 horas com intervalo para repouso e alimentação, salvo os casos especiais previstos em lei. Na nova seção sobre Assistência Social, sugere participação popular nessa área, e prevê, entre outros itens, proteção à família, à infância, à maternidade e à velhice.

Na parte sobre saúde, estabelece que o setor será financiado com recursos da União, DF, estados e municípios, e no mínimo com 30 por cento do Fundo Nacional de Seguridade Social. Os planos de Previ-

dência Social devem atender a cobertura também de acidentes de trabalho e reclusão, e a aposentadoria será calculada sobre os últimos doze salários do trabalhador, para preservação de seu valor real. Ela será concedida aos homens após 35 anos de serviço, e às mulheres após 30 anos, desde que os homens tenham 53 anos de idade no mínimo, e as mulheres, 48. A acumulação de aposentadorias fica vedada, e fica proibida a subvencção e incentivo fiscal do Poder Público às entidades de previdência privada.

O texto sobre Comunicação foi bastante modificado. Competirá ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão, cabendo ao Congresso examinar o ato. Como órgão auxiliar, os parlamentares terão o Conselho Nacional de Comunicação, integrado por representantes do Executivo e do Legislativo.

No Sistema Tributário, é excluído o imposto sobre transmissão da propriedade de veículos automotores usados, e restabelecido o

imposto sobre a venda a varejo de mercadorias, cuja instituição caberá aos municípios. A instituição do ISS volta a ser competência dos estados.

O novo texto suprime a consulta plebiscitária na elaboração da Constituição e suas emendas, como institutos do exercício da soberania do povo; a previsão de que a transmissão por morte de bens ou valores está sujeita, além dos tributos, a emolumentos e custos, proporcionais ao valor do quinhão, atendido o princípio social da distribuição da renda e da riqueza; a obrigatoriedade de as desapropriações urbanas serem pagas em dinheiro; a proibição de atividades de investigação e serviços de informações sobre a vida íntima e familiar das pessoas pelo Estado ou pessoas físicas ou jurídicas, na esfera policial e militar.

O Hércules suprime ainda a proibição do registro em processamento eletrônico de dados sobre convicções pessoais, atividades políticas ou vida privada; salvo para fins de pesquisa e estatísticas, sem identificação.

Scalco quer a posse de terra mais rápida

O grupo liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), que entregou ontem ao relator da Comissão de Sistematização o seu trabalho em torno dos temas polêmicos da Constituinte, consagra, em forma de emenda ao substitutivo de Bernardo Cabral (PMDB-AM), a imediata emissão da União, na posse da terra desapropriada para efeito de reforma agrária.

A tese, defendida pelos setores mais progressistas da Assembleia Nacional Constituinte, como elemento imprescindível para a execução efetiva do Plano Nacional de Reforma Agrária, é contrária à tese adotada pelo grupo do senador, José Richa (PMDB-PR), o grupo dos 32, que não admite a imediata imissão de posse da área desapropriada.

Ainda em relação à reforma agrária, o bloco interpartidário — liderado por Euclides Scalco, reuniu 103 constituintes de quase todos os partidos, do PT ao PDS — elege, para fins de desapropriação, a terra que não cumprir sua função social, e não apenas a terra improdutiva, como pretende o grupo dos 32.

Dos 12 temas consagrados pelo bloco interpartidário, através de emendas ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral, seis foram objeto de acordo com o grupo do senador José Richa. São eles: comunicação; questões urbana, saúde, Estado na economia, sistema financeiro e anistia. Quanto aos outros temas, não foi possível acor-

do. São os seguintes: reforma agrária, reserva de mercado, meio ambiente, educação, tribunal constitucional e judiciário e, também, sistema tributário.

No que diz respeito à desapropriação das terras para execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, o grupo de Euclides Scalco determina, através de emenda, que a desapropriação se faça mediante indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão.

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais, pela reforma agrária, de acordo com emenda apresentada pelo bloco interpartidário, "receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 anos, permitida a transferência somente em caso de sucessão hereditária".

A emenda sobre reserva de mercado elege o mercado interno como integrante do patrimônio nacional. E diz que "a lei poderá estabelecer reserva de mercado para empresas nacionais em setores considerados estratégicos para a defesa nacional ou autonomia tecnológica do País".

A emenda sobre educação determina que "o ensino fundamental público será como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, a ser recolhido pelas empresas, com base na sua folha de salários, na forma da lei".

Reforma agrária não é aceita pela UDR

"Nenhuma de nós possui carteirainha de imbecil. Assim, jamais a UDR poderia vir a concordar com esse cavalo de Troia da esquerda, que é a imissão imediata na posse, seguida da impossibilidade de se desfazer as desapropriações do Governo junto ao Judiciário". Em termos contundentes, com esse preâmbulo, o presidente da UDR nacional, Ronaldo Caiado, desmentiu ontem que sua entidade tivesse entrado em acordo com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, para avaliar a proposta que este apresentou como sendo de consenso — que envolve, basicamente, a imissão imediata na posse pelo Incra e a manutenção de qualquer desapropriação efetuada para fins de reforma agrária, mesmo quando a Justiça decidida que ela tenha sido irregular ou indevida. Nesse caso, o proprietário teria direito apenas a ser indenizado em dinheiro, e não em TDAs.

Para a UDR, a imissão imediata na posse é um ponto absolutamente inaceitável dentro das discussões da reforma agrária. "Vejam bem: se isso for aprovado, o Incra e o Mirad passarão a ter o direito de desapropriar qualquer área, de qualquer tamanho, em qualquer lugar, seja ela produtiva ou não, e arrecadada imediatamente. Nenhum produtor, neste país, estará livre de vir a ser de repente atingido por um ato arbitrário do Governo, pois não existirão normas nem parâmetros para a desapropriação. Se o produtor recorrer à Justiça e ganhar, ainda assim não leva, porque a "proposta" prevê que nesse caso ele só terá direito a ser indenizado em dinheiro. Ou seja, ainda que ele prove e a Justiça declare que a desapropriação foi indevida, irregular e ilegal, ela fica mantida, e o produtor que se vire, tentando receber a indenização de um Governo que sabidamente não tem dinheiro", sustentou Ronaldo Caiado, que desafiou o relator Bernardo Cabral a indicar, publicamente, os representantes da UDR que teriam concordado com essa proposta.

Para o presidente nacional da UDR, essa proposta constitui um "cavalo de troia" que as esquerdas estão tentando impingir à Constituinte.

"Essa é uma tática conhecida: abre-se mão, generosamente", de todas as exigências, menos uma. Só

que essa uma é a fundamental. De repente, a esquadra de butique e os padres da Tin Brothers esqueceram-se de "obrigação social" da terra, limite máximo da propriedade, usucapião em terras devolutas e todos os outros pontos que vinham defendendo para se concentrar exclusivamente em torno da imissão e da irreversibilidade das desapropriações, que no fundo é o que realmente lhes interessa. Espanto-me em ver como homens sérios e bem intencionados, como o são a maioria dos constituintes, têm sido enganados e mantidos em erro por essa tropa de lobos enfiados em pele de cordeiro. Com essa proposta, e isso será objeto de especial denúncia junto à Constituinte e ao Ministério da Reforma Agrária, todo o sistema produtivo primário corre riscos sérios de um colapso generalizado, agora que estamos às vésperas de novo plantio. Quem vai se arriscar a plantar, a investir, sabendo que, de repente, tudo dependendo do humor do poderoso do dia, a sua propriedade, ainda que produtiva, pode vir a ser desapropriada e a lhe ser arrebatada no dia seguinte?", acentou Caiado.

Para a UDR, o Governo não possui a mínima confiabilidade para receber o que a entidade considera "um autêntico cheque em branco" em relação à reforma agrária, fazendo-se alusão especial ao recente tiroteio entre agentes do Incra e o ex-ouvidor geral Fernando César Mesquita, com troca de insultos e denúncias de corrupção. "Se essa geringonça estivesse em vigor no ano passado, o município de Londrina teria sido desapropriado e o máximo que seus habitantes poderiam pleitear na justiça seria uma indenização em dinheiro. Nós não podemos correr esse risco, principalmente em se levando em conta que é um Governo sem lastro popular, com base política mínima e hoje sem legitimidade. Como vamos confiar num Governo onde o Incra foi acusado de corrupção por gente do próprio Planalto? Como admitir a sinceridade de desapropriações pagas em dinheiro, se o próprio Governo admite e confessa publicamente de que está inteiramente sem caixa? Não vamos permitir que a classe política e especialmente a sociedade responsável deste país continuem iludidas", encerrou Caiado.